

SOCIEDADE

Enquanto governo busca legalizar ensino domiciliar, educadores discutem como recuperar tempo perdido. Por **Eduardo Simões**, para o Valor, de São Paulo

A prioridade na educação

A educação entrou na lista de prioridades do governo federal para este ano legislativo, mas não exatamente pelos motivos que especialistas da área consideram cruciais. É verdade que a pandemia reavivou o debate sobre o ensino domiciliar, que o Supremo Tribunal Federal não reconheceu como legal em 2018, por falta de lei que o regulamente, e que o governo agora quer tornar oficialmente uma opção. Mas a pandemia também levantou inúmeras outras questões sobre educação que especialistas consideram mais importantes.

“O problema não é o ensino domiciliar ser bom ou ruim, mas colocá-lo como pauta prioritária nas casas legislativas, num país com déficit de educação gigantesco, onde menos da metade das crianças é alfabetizada até os oito anos”, diz Denis Mizne, diretor-executivo da Fundação Lemann. Ele diz que essa é uma demanda de menos de 1% das famílias. Para os outros 99%, a grande questão atual é como garantir qualidade no aprendizado em meio aos desafios que a pandemia continua impondo.

Um recente estudo encomendado pela Fundação Lemann ao Centro de Aprendizagem em Avaliação e Resultados para o Brasil e a África Lusófona, da Fundação Ge-

tulio Vargas, indica que as medidas para combater a disseminação do coronavírus podem levar a um retrocesso de até quatro anos na qualidade do ensino a crianças e adolescentes do Brasil.

É uma avaliação extrema, que supõe que estudantes não estariam aprendendo nada com o ensino remoto, obtida a partir de uma simulação com dados do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) envolvendo estudantes dos anos finais do ensino fundamental (quinto ao nono) e do ensino médio, em língua portuguesa e matemática. Num cenário intermediário, a perda de proficiência seria de dois anos. No otimista, ficaria estável ou com baixo crescimento em relação à mais recente avaliação do Saeb, feita em 2019.

Alguma perda parece inevitável. O educador Mozart Neves Ramos, catedra da USP-Ribeirão Preto e membro do Conselho Nacional de Educação, disse numa recente **Live do Valor** que, em conversas com secretários de Educação, ficou claro que os resultados das atividades escolares ano passado ficaram aquém do esperado, mesmo para quem teve acesso ao ensino remoto.

Mizne diz que os resultados indicam o impacto da má gestão da educação no Brasil na pandemia. Para ele, as escolas brasileiras foram fechadas cedo demais, seguin-

do países europeus, que estavam em estágio mais avançado da pandemia. Esses mesmos países retomaram ainda em 2020 as aulas presenciais, enquanto no Brasil a retomada vem sendo desigual.

“Tem Estados, como São Paulo, Paraná, Pernambuco e Ceará, que reabriram presencialmente, mas outros, não. Alguns estão oferecendo um sistema híbrido, outros, não”, diz. “O custo disso vai ser alto, com perda de aluno na escola. Uma pesquisa do Datafolha aponta que mais de um terço dos pais diziam que, se continuasse assim, seus filhos iriam largar os estudos. Somado a isso temos a crise econômica, que sempre tira gente da escola.”

Mizne se preocupa também com a forma como as escolas vão lidar com os alunos quase um ano após fecharem suas portas, especialmente no ensino fundamental. “A educação e a neurociência indicam que a janela ideal para se alfabetizar uma criança ocorre entre seis e sete anos. Como a escola vai cuidar dela agora, que volta com oito? É uma idade crítica. E não há plano nacional para isso, garantindo que as crianças nessa faixa etária vão ficar agora em tempo integral para compensar.”

Falta de coordenação nacional é algo que Mozart Ramos enfatizou na **Live do Valor**. “Repassar dinheiro é apenas ponto de parti-

da. O papel do [Ministério da Educação] é central na coordenação das políticas.”

A gerente-executiva de educação do Instituto Ayrton Senna, Inês Kisil Miskalo, ressalta que há casos em que as escolas precisam retomar o ano passado todo, para recuperar o aprendizado perdido, mas ao mesmo tempo elas não podem esperar para avançar. “Preciso de uma proposta pedagógica que una as duas pontas”, explica.

“Sabemos concretamente que ocorreu um grande prejuízo para crianças na fase de alfabetização. Porque é justamente uma fase em que o lado afetivo — a presença dos professores, dos colegas, o ambiente da sala de aula — é grande motivador para a criança entrar no universo da leitura. Pela internet, mesmo quem teve acesso, é difícil, por causa da dispersão. A criança se cansa. Recomendo que se olhe bastante como está a qualidade da leitura, da compreensão, da oralidade e da comunicação por escrito. Se essas competências estiverem bem, você caminha mais facilmente em matemática, ciências etc.”, diz Inês.

O instituto lançou em janeiro o guia on-line *Gestão para Aprendizagem*, com foco nos déficits causados pela pandemia e voltado para professores e gestores educacionais. “O guia promove uma releitura das competências dizendo quais não podem faltar. Por exemplo: ao mesmo tempo em que se aborda história, pode-se trabalhar língua portuguesa, a leitura. O que importa mais não é a criança saber conteúdos definidos, mas saber operar os conhecimentos porque desenvolveu a competência.”

Inês afirma que, antes da retomada das aulas, é preciso que cada gestor tenha clara a sua realidade: quantos alunos tem, quantos tiveram aulas remotas, quantas horas foram dadas, o que foi desenvolvido e o que falta completar.

A discussão sobre qual o momento adequado para retomar as aulas ainda parece longe do fim. A consultoria *Voices da Educação* lança nesta sexta, com apoio da Fundação Lemann e da *Imaginable Futures*, a atualização de um estudo internacional sobre a educação na pandemia, que aponta os erros e acertos na gestão da educação em 21 países. O documento indica, por exemplo, que a reabertura de escolas não causa impacto na evolução da pandemia quando a curva de contágio está decrescente.

O Brasil não está com curva de contágio decrescente. Mas Carolina Campos, fundadora da consultoria, diz que é possível reabrir as escolas mesmo com a curva geral de contágio alta, desde que as realidades locais sejam observadas, com acompanhamento não só no Estado, mas no município e até mesmo no bairro.



ANA PAULA PAIVA/VALOR

“Pode ser que numa mesma cidade você tenha lugares com escolas abertas ou fechadas. Muito países fizeram isso. Nos EUA, um exemplo é Nova York. Na Nova Zelândia, fecharam Auckland no início de agosto por três dias por causa de um único caso. O Brasil tem municípios sem contaminação há muitos meses, mas que continuam com as escolas fechadas porque os Estados não determinaram a reabertura. Ou, às vezes, o Estado libera, mas os prefeitórios não reabrem”, diz Carolina.

“Quando a gente fala que houve falta de coordenação nacional por parte do Ministério da Educação, a gente também está se referindo a esse tipo de situação. Cabe ao MEC coordenar, junto ao Ministério da Saúde, onde pode haver reabertura, onde e quando deve fechar de novo, eventualmente.”

Carolina acredita que a conclusão mais importante do estudo se refere à transparência na comunicação entre o Estado e a população. “Em todos os países do mundo houve desconfiança por parte da população, dos sindicatos,

Denis Mizne, da Fundação Lemann: “A janela ideal para se alfabetizar uma criança ocorre entre seis e sete anos. Como a escola vai cuidar dela agora, que volta com oito?”



Marilene Proença, da USP: "É importante escutar, criar atividades que resgatem os sofrimentos, os aprendizados e os desafios nessa pandemia"

das famílias, de todos que fazem parte da comunidade escolar. Governos que geram confiança nas pessoas fazem com que as determinações sejam seguidas", afirma.

Segundo Carolina, um caso emblemático de problema de comunicação é a Bolívia. Inicialmente, o país cancelou o ano letivo de 2020 devido à pressão popular e dos sindicatos. No entanto, no fim do ano, houve uma troca no Ministério da Educação e, após reunião com os sindicatos e a abertura de um

canal com os pais para se falar da importância do retorno às aulas presenciais, foi possível notar que houve uma mudança de postura porque se investiu em comunicação.

Outra constatação da consultoria tem a ver com a adesão à retomada, ainda minoritária no Brasil — entre setembro e novembro de 2020, aumentou de 24% para 30% a parcela de pais e responsáveis a favor, segundo pesquisa do Datafolha. O levantamento da Vozes da Educação aponta que,

Levantamento mostra que pais que querem retorno à escola se preocupam mais com prejuízos socioemocionais das crianças

para a família, a segurança das crianças e os prejuízos socioemocionais são os argumentos que mais pesam na decisão, antes mesmo do impacto sobre a aprendizagem.

Com quatro filhos, dois deles no ensino médio, a artesã Luciana Cortes de Oliveira, da Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Professor Lourenço Filho, no bairro Planalto Paulista, zona sul de São Paulo, sentiu de perto o impacto emocional sobre seus filhos, especialmente os dois adolescentes que estão no ensino médio.

"Meu caçula é mais quieto, o outro é mais participativo. Este sentiu muito mais e ficou num grau de ansiedade muito grande, queria brincar mais com jogos eletrônicos e ficar mais tempo em redes sociais", diz. "O tempo diante do celular ou do computador aumentou. Antes era só período para a diversão, agora também para estudar. É muito prejudicial para a criança e o adolescente."

Para Marilene Proença, professora titular do departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano do Instituto de Psicologia da USP, é fundamental agora desenvolver ações de acolhimento às crianças e adolescentes. Segundo ela, os depoimentos dos que estão voltando às escolas para atividades complementares ou o início do ano letivo falam, por exemplo, da saudade que tinham.

"É importante escutar, criar atividades de comunicação por meio de projetos que resgatem os sofrimentos, os aprendizados e os desafios que foram vividos nessa pandemia para todos que estão envolvidos no processo educacional", avalia. "Nesse período de afastamento, as crianças, os pais e professores também aprenderam muitas coisas, reviram suas formas de viver e de entender o papel da escola na vida de cada um. Os pais passaram a valorizar ainda mais o trabalho docente, a acompanhar os conteúdos escolares e a reconhecer a centralidade da escola em suas vidas. Conhecer essas reflexões, pactuar formas de enfrentamento dos desafios postos

neste retorno será fundamental."

Em São Paulo, a rede estadual de ensino iniciou a retomada das aulas presenciais a 8 de fevereiro. A permanência é condicionada ao sistema de fases do Plano São Paulo de enfrentamento à covid-19. Para o Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (Apeoesp), o retorno se dá em condições precárias de infraestrutura, que não levam em conta a revisão do número de alunos por sala e a oferta de áreas abertas, como pátios e quadras, e ambientes mais ventilados.

"Desde setembro o Estado dispõe de um Manual Técnico para Escolas Saudáveis, encomendado pela Apeoesp para o Instituto de Arquitetos do Brasil e para o Dieese, que traz medidas práticas a serem tomadas, além de um diagnóstico assustador: cerca de 89% das escolas têm apenas dois sanitários para uso dos alunos e mais de 10% não dispõem de quadra ou pátio. Nada foi feito", afirma a professora Maria Izabel Noronha, presidente do sindicato.

O secretário da Educação do Estado, Rosseli Soares, diz que a rede de ensino estadual recebeu em 2020 um maior aporte de recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola, um total de R\$ 880 milhões, contra R\$ 295 milhões em 2019. Do total, R\$ 50 milhões foram somente para a questão da pandemia. Das mais de 5 mil escolas que receberam a verba, 4,6 mil reformaram seus banheiros.

"Uma escola que recebia R\$ 5 mil passou a receber de R\$ 150 mil a R\$ 300 mil, uma diferença muito significativa. Além da compra de itens como máscaras, álcool em gel, termômetros etc., esse valor foi também usado para melhorias nos prédios. No passado, algumas escolas fecharam suas janelas, por motivos diversos, e parte dos recursos foi destinada a essas reformas, porque uma sala que antes abrigava até 30 alunos agora pode ter no máximo 10", explica.

A pandemia também encorajou o ensino domiciliar antes mesmo que o governo tornasse sua legislação prioridade. Rick Dias, presidente da Associação Nacional de Educação Domiciliar (Aned), diz que desde julho a instituição tem recebido cerca de 30 mensagens diárias de pais do Brasil inteiro contando que haviam optado por tal ensino.

"Isso aconteceu por motivos negativos, como famílias que nunca se preocupavam tanto com instrução formal e descobriram que pagavam caro por um projeto pedagógico ruim. E por positivos, de pais que perceberam seus filhos avançando bastante em casa, mais do que na escola", diz. Ele ressalta que não se deve confundir ensino domiciliar (com metodologias e conteúdos



Maria Izabel Noronha, do sindicato de professores de São Paulo, diz que infraestrutura das escolas não está preparada para o retorno seguro às aulas

próprios dos pais etc.) com o ensino em casa, praticado na pandemia.

Até 2019, segundo Dias, havia 11 mil famílias, com cerca de 22 mil estudantes entre 4 e 17 anos, praticando o ensino domiciliar, ou "homeschooling", no Brasil. E também esses jovens foram atingidos pela crise sanitária. "Muitas das atividades que fazíamos em grupo acabaram ficando restritas ou impossíveis de serem feitas por conta do isolamento. Mas as famílias 'homeschoolers' já estavam bem acostumadas a estudarem com os filhos em videoaulas, com os livros etc. Já as escolas foram pegadas de calças curtas, porque não estavam preparadas para ensino a distância, sem plataforma digital etc."

Inês Miskalo, do Instituto Ayrton Senna, diz que o debate sobre ensino domiciliar é válido. "A escola é uma instituição, uma fer-

ramenta, mas ela não é a educação. Você pode ter sistemas diferentes, formais. Mas esses são conceitos que ainda não estão muito claros, mesclam-se e acaba ficando difícil uma discussão mais ampla e consistente", diz.

As críticas ao ensino domiciliar vão além da questão da aprendizagem em si. Materiais didáticos com conteúdos fortemente religiosos podem, por exemplo, limitar crianças e adolescentes aos conceitos e crenças de seus pais, gerando intolerância. Para a professora Marilene Proença, a proposta desconsidera a dimensão de participação e de convivência com o diferente que a escola proporciona. "Ela também é um espaço de proteção social, contra violência doméstica, abusos de todos os tipos, enfrentamento das vulnerabilidades e compreensão da pessoa com deficiência." ■



Rick Dias diz que a Associação Nacional de Educação Domiciliar tem recebido mensagens diárias de pais do Brasil inteiro contando que haviam optado por tal ensino